

OFÍCIO N.º : 112/99
ASSUNTO : Mensagem a Projeto de Lei
SERVIÇO : Gabinete do Executivo Municipal
DATA : Cabeceira Grande (MG), 15 de Junho de 1999

Câmara Municipal de Cabeceira Grande
Protocolado no Livro próprio às folhas
0030 sob o nº 0612
às 13:25 Horas
abec. Grande - MG 15.06.99
Dmyferma

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação e decisão dos senhores Edis, a propositura de lei apensa, que busca a necessária autorização para a transferência de recursos financeiros, a título de contribuição, às entidades civis estabelecidas no município, declaradas de utilidade pública, e que de alguma forma colaboram com a administração e com a sociedade prestando serviços públicos relevantes, seja no extenso campo da ação comunitária, seja em objetivos específicos como é a atenção à criança de 0 a 6 anos.

Neste ano o Governo Federal esforça-se para conseguir uma das maiores realizações no campo social, que é a municipalização da assistência social, e em ritmo acelerado tem descentralizado as ações e gestões para que a política decidida pelo Conselho Federal tenha aplicação e resulte em benefícios diretos com a brevidade possível. Assim é que já foram celebrados convênios para repasse de verbas às creches existentes, embora não constassem de programação específica no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, razão pela qual se pede a abertura do crédito adicional especial neste projeto de lei.

Por entender a urgência no atendimento aos necessitados e atendendo apelo do Clube de Mulheres Princesa Izabel de Cabeceira Grande, e acima de tudo, entendendo que a urgência da necessidade caracterizaria a justa causa para o repasse, consolidamos um repasse a referida entidade, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no mês de maio, conforme cronograma e plano de trabalho, razão pela qual estamos solicitando o retrocesso dos efeitos da lei, a 1º de maio de 1.999.

[Assinatura]

Confiante de que a matéria receberá a melhor acolhida, solicito de Vossa Excelência que providencie uma tramitação em regime de urgência, para que possamos repassar os recursos ainda neste primeiro semestre.

Renovo ao ensejo protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Antônio Nazare Santana Melo
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr.
Alberto Martins Ferreira,
DD. Presidente da Câmara Municipal
Cabeceira Grande - MG

PROJETO DE LEI N.º 011 /99

**AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES
FINANCEIRAS A ENTIDADES CIVIS NESTE EXERCÍCIO,
DISCIPLINA PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuições financeiras e/ou subvenção social, no exercício de 1999, com recursos oriundos do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, às seguintes entidades civis sediadas neste município, e até o limite dos seguintes valores:

I – Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande	R\$31.400,00
II – Clube de Mães Estrela Dalva de Palmital	R\$21.000,00
III – Centro Comunitário de Cabeceira Grande	R\$10.000,00

Parágrafo Único: A liberação dos recursos financeiros será estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, observadas as disponibilidades de caixa.

Art. 2.º - A exceção das transferências intergovernamentais, somente serão auxiliadas as entidades com sede no Município que forem declaradas de utilidade pública na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º - A contribuição financeira deverá ser requerida em formulário próprio, na forma de Plano de Trabalho a ser aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único : A entidade solicitante deverá anexar ao requerimento cópias dos seguintes documentos:

- I – ata da eleição e posse da diretoria em exercício;
- II – prova de personalidade jurídica (CGC, ou CNPJ);
- III – atestado comprovando estar a entidade em pleno e regular funcionamento e de que não remunera, a qualquer título, os sócios, diretores ou mantenedores, passado pelo C.M.A.S.
- IV – comprovação da utilidade pública (Lei ou decreto).

Art. 4.º - A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, e será realizada após a celebração de Termo de Convênio fixando as condições e obrigações das partes.

Art. 5.º - As entidades auxiliadas com recursos orçamentários deverão comprovar a aplicação adequada dos recursos recebidos, de acordo com as finalidades estabelecidas em seu estatuto e no plano de aplicação e trabalho aprovados pelo executivo, no prazo que for estabelecido no ajuste ou convênio que for celebrado para repasse dos recursos.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas dos recursos recebidos serão encaminhadas à Secretaria de origem com o demonstrativo dos gastos realizados, balancete financeiro da receita e despesa, instruído com extratos e cópias de notas fiscais, de serviços ou compra e venda, recibos de doações em espécie, folha de pagamento, etc., devidamente autenticadas e atestadas pela direção da entidade.

Parágrafo Segundo: Aprovado pela Secretaria de origem quanto à execução, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, onde ficará arquivado.


Parágrafo Terceiro: Em caso de rejeição, a entidade auxiliada ficará obrigada a ressarcir aos cofres públicos os valores recebidos, atualizados monetariamente até a data da devolução.

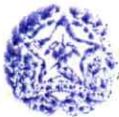
Art. 6.º - Fica autorizada a abertura, por decreto, de crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, com a seguinte rubrica: 2102-1581483.1001-3.2.3.1 - R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante utilização de recursos de convênio celebrado com o Fundo Estadual ou Federal de Assistência Social, e/ou anulação de outras dotações.

Art. 7.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos deste 1.º de Maio de 1999.

Art. 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cabeceira Grande(MG), 15 de Junho de 1999


Antônio Nazaré Santana Melo
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

Despacho

Aprovado em primeira discussão por
08 votos favoráveis, 00
votos contrários e 00 abstenções
sala das sessões 08 / 06 / 19 99

Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

Despacho

Aprovado em segunda discussão por
08 votos favoráveis, 00
votos contrários e 00 abstenções
sala das sessões 06 / 07 / 19 99

Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 15/06/99.


VEREADOR ALBERTO MARTINS
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 011 / 1999.

CIENTE EM: 15/06/99


PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO

COMISSÃO (ÕES):

DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI nº 011 /1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador ALÉCIO MUNDIM, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 15/06/99.


PRESIDENTE DA COMISSÃO

CIENTE EM 15/06/99.


RELATOR DESIGNADO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER Nº 028/1999

PROJETO DE LEI Nº 011/1999

Autoriza a concessão de contribuições financeiras a entidades civis neste exercício, disciplina procedimentos administrativos e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ALÉCIO MUNDIM

Câmara Municipal de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
0030	sob o nº 0619
às 11:25	Horas
Cabec. Grande - MG 22/06/99	
Imprensa	

RELATÓRIO

Trata-se de matéria que tem por finalidade autorizar a concessão de contribuições financeiras a entidades civis neste exercício, disciplina procedimentos administrativos e dá outras providências.

A proposição vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para exame de seus aspectos financeiro e orçamentário, nos termos do art. 107, II, do Regimento Interno da Casa.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto prevê a concessão de subvenção social e/ou auxílio financeiro ao Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande, no valor de R\$ 31.400,00, ao Clube de Mães Estrela D'alva de Palmital, no valor de R\$ 21.000,00 e ao Centro Comunitário de Cabeceira Grande, no valor de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

A concessão de subvenções sociais ou auxílios financeiros a entidades assistenciais tem, por força da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social -, nova sistemática, tendo em vista as fontes de



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



financiamento. Com efeito, os fundos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, criados por lei, é que captarão e aplicarão esses recursos, sendo certo que ele já existe entre nós, assim como o Conselho Municipal de Assistência Social.

A autorização legislativa, contudo, só nos parece necessária diante da abertura de créditos especiais e suplementares, uma vez que o Fundo Municipal de Assistência Social, s.m.j., reúne competência para aplicar os recursos por ele captados, inclusive e principalmente as receitas provenientes de transferências intergovernamentais, sendo que pode conceder auxílios financeiros a qualquer entidade, nos termos da lei.

CONCLUSÃO

Posto isto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei
011/1999.

Sala das Sessões, 22 de junho de 1999.


VEREADOR ALÉCIO MUNDIM
Relator



Câmara Mun. de Cabeceiras - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES

DESPACHO

Aprovado (X) Rejeitado () o voto do relator
em turno único por (02) votos favoráveis (00)
votos contrários e (00) abstenções.

Sala das Comissões 22 / 06 / 89

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



EMENDA ADITIVA Nº 014 /1999

Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei 011/1999.

Acrescente-se ao Art. 3º § único, do Projeto de Lei 011/1999, os seguintes dispositivos:

“Art.3º.....

§ único:.....

V - *balancete dos últimos 3 anos;*

VI – *registro no Conselho Nacional de Assistência Social..”*

Sala das Sessões, 05 de Julho de 1999


VEREADORA WALDETH SANTANA





Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

Despacho

Aprovado em única discussão por
08 votos favoráveis, 00
votos contrários e 00 abstenções
sala das sessões 06 / 07 / 19 99


Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



EMENDA MODIFICATIVA Nº 015 /1999

Dá nova redação ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 011/1999.

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 011/1999 a seguinte redação:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuições financeiras e/ou subvenção social, no exercício de 1999, com recursos oriundos do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, às seguintes entidades civis sediadas neste município, e até o limite dos seguintes valores:

<i>I – Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande</i>	<i>R\$31.400,00</i>
<i>II – Clube de Mães Estrela D'Alva de Palmital</i>	<i>R\$21.000,00</i>

Parágrafo Único: A liberação dos recursos financeiros será estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, observadas as disponibilidades de caixa.

Sala das Sessões, 05 de Julho de 1999.


VEREADOR JOÃO GONZAGA.





Câmara Municipal de Cabeceira Grande - MG

DESPACHO

Rejeitado em única de sessão per

05

votos contrários.

04

votos favoráveis

00

abstenções

sala das sessões

06

07

19 99


PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art.84,III,"m" da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DISTRIBUI, na forma de avulso, à(s) Comissão (ões) abaixo identificada (s) a proposição a que se refere este DESPACHO, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Gabinete do Presidente, em 06/07/99.


VEREADOR ALBERTO MARTINS
Presidente

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 011 / 1999.

CIENTE EM: 06/07/99


PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO

COMISSÃO (ÕES):

DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE LEI Nº 011 /1999.

O Presidente da (s) Comissão (ões) acima identificada (s), no uso da atribuição que lhe confere o art. 125, IV, da Resolução 004, de 28 de agosto de 1997, DESIGNA o senhor Vereador ALECIO MUNDIM, como relator da proposição epigrafada, distribuindo-a, na forma de avulso, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

Sala das Sessões, 06/07/99.

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CIENTE EM 06/07/99.

RELATOR DESIGNADO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 038 /1999.

PROJETO DE LEI Nº011/1999

Que autoriza a concessão de contribuições financeiras a entidades civis neste exercício, disciplina procedimentos administrativos e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR ALÉCIO MUNDIM

I – RELATÓRIO

De autoria do ilustre Prefeito Municipal, o Projeto de Lei sob comento, que autoriza a concessão de contribuições financeiras a entidades civis neste exercício, disciplina procedimentos administrativos e dá outras providências, foi aprovado pela Câmara em dois turnos de votação.

Sobre a proposição inicial, incidiu a Emenda Aditiva nº014/1999, que também foi aprovada em turno único de votação

Concluída a votação, veio a esta comissão, para redação final, ocasião em que o Senhor Presidente designou-me relator.

II – CONCLUSÃO

Posto isto, sou que se dê ao Projeto de Lei 011/1999, a Redação Final abaixo transcrita, que está conforme o aprovado e com a qual deverá ser submetido à sanção e promulgação.

Sala das Sessões, 12 de Julho de 1999.


VEREADOR ALÉCIO MUNDIM
Relator

Câmara Municipal de Cabeceira Grande	
Protocolado no Livro próprio às folhas	
0031	sob o nº 0639
às 11:00	Horas
Cabec. Grande - MG 13, 07, 99	
	



Câmara Mun. de Cabeceiras de Baixo - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES

DESPACHO

Aprovado (X) Rejeitado () o voto do relator
em turno único por (02) votos favoráveis (00)
votos contrários e (00) abstenções.

Sala das Comissões 13 / 07 / 99

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE² ESTADO DE MINAS GERAIS



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º011 /99

Autoriza a concessão de contribuições financeiras a entidades civis neste exercício, disciplina procedimentos administrativos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuições financeiras e/ou subvenção social, no exercício de 1999, com recursos oriundos do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, às seguintes entidades civis sediadas neste município, e até o limite dos seguintes valores:

I – Clube de Mulheres Princesa Isabel de Cabeceira Grande	R\$31.400,00
II – Clube de Mães Estrela Dalva de Palmital	R\$21.000,00
III – Centro Comunitário de Cabeceira Grande	R\$10.000,00

Parágrafo Único: A liberação dos recursos financeiros será estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, observadas as disponibilidades de caixa.

Art. 2.º - A exceção das transferências intergovernamentais, somente serão auxiliadas as entidades com sede no Município que forem declaradas de utilidade pública na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º - A contribuição financeira deverá ser requerida em formulário próprio, na forma de Plano de Trabalho a ser aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único : A entidade solicitante deverá anexar ao requerimento cópias dos seguintes documentos:

I – ata da eleição e posse da diretoria em exercício;



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS



- II – prova de personalidade jurídica (CGC, ou CNPJ);
- III – atestado comprovando estar a entidade em pleno e regular funcionamento e de que não remunera, a qualquer título, os sócios, diretores ou mantenedores, passado pelo C.M.A.S;
- IV – comprovação da utilidade pública (Lei ou decreto);
- V – balancete dos últimos 3 anos;
- VI – registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 4.º - A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, e será realizada após a celebração de Termo de Convênio fixando as condições e obrigações das partes.

Art. 5.º - As entidades auxiliadas com recursos orçamentários deverão comprovar a aplicação adequada dos recursos recebidos, de acordo com as finalidades estabelecidas em seu estatuto e no plano de aplicação e trabalho aprovados pelo executivo, no prazo que for estabelecido no ajuste ou convênio que for celebrado para repasse dos recursos.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas dos recursos recebidos serão encaminhadas à Secretaria de origem com o demonstrativo dos gastos realizados, balancete financeiro da receita e despesa, instruído com extratos e cópias de notas fiscais, de serviços ou compra e venda, recibos de doações em espécie, folha de pagamento, etc., devidamente autenticadas e atestadas pela direção da entidade.

Parágrafo Segundo: Aprovado pela Secretaria de origem quanto à execução, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, onde ficará arquivado.

Parágrafo Terceiro: Em caso de rejeição, a entidade auxiliada ficará obrigada a ressarcir aos cofres públicos os valores recebidos, atualizados monetariamente até a data da devolução.

Art. 6.º - Fica autorizada a abertura, por decreto, de crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, com a seguinte rubrica: 2102-1581483.1001-3.2.3.1 – R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante utilização de recursos de convênio celebrado com o Fundo Estadual ou Federal de Assistência Social, e/ou anulação de outras dotações.



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE⁴
ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 7.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos deste 1.º de Maio de 1999.

Art. 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cabeceira Grande(MG), 12 de Julho de 1999

Antônio Nazaré Santana Melo
Prefeito Municipal